



O AGIR COMUM NO QUILOMBO GROTÃO

COMMON ACTION IN THE GROTÃO QUILOMBO

Felipe Oliveira¹

Dernival Venâncio Ramos Junior²

RESUMO

Este artigo tem por objetivo elucidar algumas questões pertinentes sobre o Quilombo Grotão, localizado no município de Filadélfia – TO. Questões essas que se relacionam diretamente com o modo de vida tradicional da comunidade e suas demandas voltadas a luta pela regularização do território. O que nos chama a atenção é a forma que a comunidade tem se articulado com outras instituições para reforçar suas estratégias de resistência frente ao agronegócio, além disso, a tradicionalidade experimentada por eles gira em torno da coletividade e da organização solidária entre as famílias que constroem outras formas de relações sociais, alternativas às apresentadas pelo modelo progressista, em outras palavras, alternativas que vão ao encontro do princípio político do *comum*.

PALAVRAS-CHAVE: Quilombo; Tradicionalidade; Comum; Território.

ABSTRACT

This article aims to elucidate some pertinent questions about Quilombo Grotão, located in the city of Filadélfia – TO. These issues are directly related to the traditional way of life of the community and its demands aimed at fighting for the regularization of the territory. What catches our attention is the way in which the community has articulated with other institutions to reinforce their resistance strategies against agribusiness. Furthermore, the traditionality they experience revolves around collectivity and solidary organization among the families that build other forms of social relations, alternatives to those presented by the progressive model, in other words, alternatives that meet the political principle of the common.

KEY-WORDS: Quilombo; Traditionality; Common; Territory.

¹Mestrando no Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura e Território; Bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal do Tocantins. Agente pastoral e coordenador da Comissão Pastoral da Terra Araguaia Tocantins. Professor de História Geral no Colégio Santa Cruz em Araguaína – TO. E-mail: felipe.eduardo@uft.edu.br

²Doutorado em História pela Universidade de Brasília (2009). Pesquisador visitante no Tropical Conservation and Development da Universidade da Florida (2015) e Instituto de Migraciones (2019) da Universidade de Granada. Possui graduação em História pela Universidade Federal de Goiás (2002), mestrado em História pela Universidade Federal de Goiás (2004) Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal do Tocantins, atuando na graduação em História, no Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura e Território e Neuza-UF/Núcleo de Pesquisa e Extensão em Saberes e Práticas Agroecológicas. E-mail: dernivaljunior@gmail.com



INTRODUÇÃO

O quilombo Grotão origina-se a partir da fuga de um grupo de pessoas escravizadas vindas do Maranhão ainda no século XIX, ao chegarem aonde está situado seu território – na zona rural de Filadélfia – TO, cercado pelo rio Gameleira a leste e João Aires a oeste (ALMEIDA, 2011) – o grupo de escravizados iniciaram rapidamente o processo de ocupação, evidenciado pelos vestígios de moradas e grandes quintais com árvores frutíferas. Após mais de 150 anos de vivência, o Grotão é atingido pela onda de conflitos na região e seus moradores acabam sendo expulsos do território em 2008. Atualmente, cerca de 25 famílias vivem em uma área de 100 hectares que compreende menos de 5% do território total do quilombo, reconhecido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

A região em que se localiza o Grotão é rodeada de pequenas e grandes propriedades rurais dedicadas a criação de gado e plantação de eucalipto. São nessas fazendas que a população local consegue trabalhos temporários, nos sistemas de diárias e empreitas³. Muitos jovens e adultos do quilombo procuram esse tipo de trabalho, entretanto, esta não é a principal fonte de renda da comunidade, uma vez que, pequenas roças de toco com plantações de mandioca, são realizadas para a produção e comercialização da tradicional farinha de puba. Além disso, na mesma roça, são plantadas outras culturas como, abóbora, gergelim, milho, feijão, fava e outros. Segundo a cultura tradicional compartilhada entre indígenas, sertanejos e quilombolas a variedade de plantas ajudam na obtenção de um resultado positivo na produção da roça.

Arelado à agricultura tradicional estão os estudos sobre a agroecologia, conceituada, por Altieri, como princípios ecológicos no manejo de agroecossistemas sustentáveis, proporcionando a valorização máxima dessa complexidade. Em outras palavras: “baseia-se em melhorar a qualidade do solo para produzir plantas fortes e saudáveis, debilitando ao mesmo tempo as pragas ao promover organismos benéficos via diversificação do agroecossistema” (2010, p. 23-24).

Além disso, segundo Miguel Altieri, a agroecologia é uma nova abordagem que pode contribuir em pesquisas e estrutura organizacional de comunidades camponesas, pois “uma

³Diária consiste em um acordo informal firmado entre contratante e contratado, onde o valor corresponde apenas a um dia de serviço. Empreita também se baseia no contrato informal onde o contratado se obriga a executar um serviço sem vínculo de subordinação, podendo durar 1 dia ou 1 semana.



abordagem agroecológica incentiva os pesquisadores a penetrar no conhecimento e nas técnicas dos agricultores e a desenvolver agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos” (2004, p. 23).

A agricultura tradicional é realizada por muitos povos e comunidades na região norte do Brasil, tendo se tornado a forma mais habitual de plantio entre eles. Alguns cuidados necessários à continuidade dessa técnica nos indica o compromisso das comunidades com a cultura ancestral, tendo em vista que, os conhecimentos agrícolas são passados de geração em geração levando em consideração os recursos naturais que estão disponíveis a eles. Além da escolha do local apropriado de plantio, a “queima da roça” é utilizada para limpeza e aumento dos nutrientes no solo, após a colheita o local da roça pode ser reutilizado, entretanto, se verificada a baixa produtividade do solo a área é deixada para descanso e rebrotagem. Atrelado a isso está a preservação das sementes, sendo a principal delas a maniva⁴.

Esses aspectos de cultivo e cuidado apontam para a promoção da biodiversidade com a diversificação de plantas, animais e microrganismos fortalecidos utilizando cada vez menos produtos químicos mantendo o sustento das comunidades, tornando-se uma base importante para a soberania alimentar destes sujeitos. Se entendermos o aumento de pragas, a erosão, a seca e o desmatamento, provocados pela agricultura convencional, como desequilíbrio do ecossistema, então nós temos na agricultura tradicional agroecológica o reequilíbrio da biodiversidade animal e vegetal.

No Grotão roças de toco são comuns seja ela feita em quintais, em espaços menores, práticos para o manejo e prevenção do ataque de animais, ou em espaços maiores distantes das casas. A mandioca é a base alimentar do Grotão e nas palavras de Maria Aparecida, liderança comunitária da comunidade, da mandioca pode se tirar várias utilidades.

A mandioca sempre foi o principal, muitas vezes fazia plantio no toco. [...] quem tem mandioca produzia a farinha grossa, a farinha fina, o polvilho pubo, o polvilho branco e o beiju, também eram usados muito a prática do beiju, o grolado, fazia várias coisas. Do café da manhã, o beiju, o grolado, a farinha grossa e a mandioca (RODRIGUES, 2021).

A roça tem valor especial para eles, é o local de trabalho, sustento, socialização e vivência. Alguns identificam as roças pelo o nome do responsável, a exemplo da “roça do necleto” e a “roça do Manoel”, outros dizem “a roça de mandioca” ou a “roça de feijão” não

⁴ Nome dado a rama da mandioca dedicada ao plantio.



atribuindo a titularidade da mesma a ninguém e ao mesmo tempo a todos. Vale ressaltar que independente da atribuição nominal essa prática é realizada através do trabalho coletivo, desde o preparo até a colheita, tendo cada indivíduo responsabilidades diferentes durante o processo.

Muito bom, a prática a gente sempre trabalhou em grupo. É o chamado mutirão. Antes era as roça de toco, todo mundo junto, produzia e dividia. Hoje a gente conseguiu uma benção de um projeto. A gente está trabalhando também com a horta comunitária, a gente tem hoje a mandiocultura, granjicultura, horticultura, piscicultura. E é em grupo, tudo em grupo (RODRIGUES, 2021, p. 25).

Mesmo mencionando que antes existia a roça de toco e hoje existe um projeto, as roças de toco ainda são utilizadas no quilombo, entretanto com menor intensidade, já que, o projeto [Ubuntu]⁵ transformou a dinâmica organizacional da comunidade. Ainda assim, podemos perceber a forma de utilização comunitária em suas atividades laborais.

Entendemos atividades comunitárias e/ou mutirões como formas de organização social derivada de saberes ancestrais quilombolas, não no sentido do quilombo insurgente/revoltado e sim na perspectiva de uma “reorganização social e contestação da ordem estabelecida” (NASCIMENTO, 2021, p. 129).

O que Nascimento (2021) nos diz é que o quilombo não se forma a partir da busca de liberdade, mas da necessidade de resistirem à imposição do trabalho escravo traçando estruturas organizacional profunda para os descendentes de quilombo, como é o caso do quilombo Grotão. Essas estruturas marcam suas posições de negação ao modelo civilizatório liberal e custeiam formas de vida alternativa baseados nas regras comunitárias de colaboração e princípios políticos, em outras palavras a construção *do comum*.

A construção do Comum no Grotão

As particularidades encontradas no quilombo Grotão não são ações isoladas. Elas fazem parte de uma série de práticas consideradas alternativas a agricultura convencional baseada na Revolução Verde, pois segundo Altieri essa forma de agricultura “não será suficiente para reduzir a fome e a pobreza e conservar a biodiversidade” (2010, p. 9). Já que:

Os sistemas de agricultura ecológica que não questionem a natureza da monocultura e que dependam dos insumos externos bem como dos custosos selos de certificação estrangeiros, ou de sistemas de comércio justos destinados só à agro exportação,

⁵ Projeto UBUNTU teve apoio da OIT – Organização Internacional do Trabalho, MPT – Ministério Público do Trabalho e parceiros como NEUZA – Núcleo de Pesquisa e Extensão em Saberes e Práticas Agroecológicas da UFNT e CPT. A execução prática foi orientada pelo SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Consiste na produção de alimento com base na agroecologia baseado em 5 cadeias produtivas (mandioca, hortas, peixes, frangos e feijão).



oferecem muito pouco aos pequenos agricultores ao torná-los dependentes de insumos externos e mercados estrangeiros voláteis (2010, p. 9).

Nesse sentido, a forma de organização e produção no Grotão demonstra a consciência para resistir aos ideais de progresso, a partir da construção de relações econômicas, a preocupação com a soberania alimentar e garantia da sobrevivência da biodiversidade.

São essas formas de responsabilidades que nos chama a atenção. Em conversa com Raimundo Cantuário Camilo dos Reis sobre o plantio da mandioca e preparo da farinha, ele afirma que a mandioca é “mais fácil e compensa mais”, essa compensação está ligada diretamente à nutrição alimentar das famílias e ao lucro que ela gera. Apesar disso, Raimundo alerta que existe regras definidas para a compensação, ao passo que, ele denomina de “ajudou ganhou”⁶. Em outras palavras, o trabalho coletivo exige organização e parâmetros a serem seguidas por todos.

Ao lembrarmos de uma das definições possíveis para o *comum* descrito por Dardot e Laval, onde dizia que “[...] o termo “comum” é particularmente apto a designar o princípio político da coobrigação para todos os que estejam engajados numa mesma atividade” (2017, p. 25), percebemos semelhanças com a metodologia adotada na produção de farinha do quilombo. A ideia de que cada membro familiar tem obrigação de participar para poder usufruir dos resultados, assim como a divisão das tarefas no momento da “farinhada”⁷ pressupõe uma consciência organizacional de produção sem o compromisso com as agendas do capital com suas dinâmicas aceleradas tendo o lucro como centro das relações sociais. Ao contrário, a farinha tornou-se uma base importante da soberania alimentar da Grotão que também constitui relações econômicas e sociais dessa comunidade na região. Pensamos essas ações coletivas como princípios e/ou construções do *agir comum* conectadas à *paz quilombola* apresentada por Beatriz Nascimento ao revisar a literatura brasileira acerca da vida nos quilombos. Assim ela escreve:

É certo que grande parte da literatura se ocupa em discorrer sobre razias, ataques físicos, queima de fazendas, roubo de gado etc. que os quilombos empreendem em suas circunvizinhanças. Mas também é certo que há referências outras dos vizinhos do quilombo, de que lá se encontram roças onde se cultivava variedade de produtos, os quais são trocados com alguns outros vizinhos, inclusive fazendas; há criação de animais domésticos, há o fabrico de ferramentas que também vão se tornar produto (meio de produção) de relações econômicas com os vizinhos. (2021, p. 133).

⁶ Entrevista realizada em 12/03/2021 e concedida a Felipe Eduardo Lopes Oliveira.

⁷ Termo utilizado pelos quilombolas e outros sertanejos designando o momento da produção da farinha e outros tipos de alimentos que se produz da mandioca. Ex. beiju, grolado, tapioca etc.



Para Beatriz do Nascimento a história dos quilombos brasileiros foi marcada pelo aspecto violento e negativo, já que os relatos escritos sobre essas ocupações territoriais foram construídos de forma unilateral e pouco dizem sobre as formas de vida e as relações nela estabelecidas, uma vez que, a historiografia brasileira se pauta em ideologias brancas e europeizadas. Entretanto, o negro só pode ser entendido a partir do “estudo profundo da ideologia nacional e das suas implicações num todo social, do qual, por força do preconceito racial (dentro daquela ideologia), é posto à margem” (NASCIMENTO, 2021, p.48).

Por isso, evidenciar os saberes e práticas do quilombo Grotão torna-se duplamente importante. Saliencia a construção de estruturas internas que se constitui a comunidade e demonstra o seu caráter político em sua luta de resistência frente a expropriação do capital ao seu território.

Dardot e Laval (2017) refletindo sobre o comum, conceitua que ele é um princípio político com práticas alternativas ao neoliberalismo, descaracterizando a propriedade como privada ou estatal, mas como espaço coletivo. Nesse sentido, a comunidade quilombola Grotão, apresenta em sua forma de organização social peculiaridades que nos permite apontar seus esforços coletivos com uma diversidade de espécies animais e vegetais que contribui para a soberania alimentar da comunidade.

Ainda assim, essas concepções não se baseiam apenas em Dardot e Laval, elas também são construídas com a contribuição Karl Polanyi ao criticar, no início do século XX, a economia racional baseada em fatores econômicos para determinar ações e relações sociais. Foi em nome da economia racionalizada que as expansões agrícolas iniciaram suas formas de dominação e violência, garantindo o direito da propriedade privada. A comunidade Grotão foi alvo dessa lógica de dominação violenta que os impacta negativamente até hoje, uma vez que, ainda são fortemente atingidos por ela.

A história do quilombo Grotão está intimamente marcada pela violência. Segundo Rodrigues (2021), a fuga de um grupo de pessoas escravizadas se dá após Lunarda, líder do grupo, descobrir que estava grávida do patrão⁸, anos depois houve uma tentativa de captura do grupo de Lunarda que causou a morte de dois quilombolas, mas alguns se esconderam na gruta do Grotão, como relata Aparecida Gomes.

⁸ Não se tem informações se era o dono da fazenda ou o capataz.



Há tempos, antes de meu pai nascer, teve uma revolta. Eles voltaram a procurar os escravos que foi fugitivo da época, teve morte ainda lá no quilombo. Foi matado dois do quilombo, mas alguns se escondero na gruta do Grotão. Eles chamam Grotão é por causa dos socavão que tem de pedra numa serra. Eles escondero as crianças, as pessoas lá, mas ainda conseguiram matar dois. (RODRIGUES, 2021, p. 14)

O quilombo permaneceu e as violências também. Já no final dos anos 1980 a primeira tentativa de grilagem das terras do Grotão é realizada com facilidade, afinal, até hoje a área do Grotão não é considerada legalmente deles. Essa legalidade buscada pela comunidade está relacionada a segurança jurídica de legitimação do território. Outro fato marcado pela violência aconteceu em 2008 durante a expulsão das famílias de seu território, também relatado pela Maria Aparecida.

A gente foi despejado, foram 21 famílias; um despejo desumano. No dia que foi o despejo, foi queimado as nossas casa, foram queimados documentos. Chegaram 21 policiais, o oficial de justiça e o filho da grileira, enfim, só foi dizendo “nós estamos com a ordem de despejo”. A polícia ali olhando, ele só riscava o isqueiro, tum, na beirada da casa e a casa pegava fogo de palha com documento, os que já tinha documento acabado de tirar, e queimou tudo. Em uma casa queimou 25 sacos de arroz. Um monte de coisa queimada. E aí eu perguntava: “mas isso é lei? Está no despejo que é para queimar as casas?”. Era só o que eu perguntava. A polícia tampou minha boca, eu sofri muito por isso. A polícia, um dos policiais, mandou eu calar a boca, me chamou de nega, esmurrou minha boca. Eu mordi o braço dele. Enfim, foi muita guerra, foi muita briga no dia (RODRIGUES, 2021, p. 17-18).

Não haverá uma rota sociológica para tentar explicar a origem das violências e como elas movimentam e marcam a região, sobretudo, os sertões. Porém, percebemos que o agravamento dela se compõe de fatores como a dominação, ganancia e parcialidade de órgãos de segurança ao se tratar de disputas territoriais. Esses acontecimentos geraram consequências desastrosas para a comunidade, sendo eles o medo, a fuga, o silenciamento e a subalternização. Ainda assim, a resistência diante dessas emergências foi surgindo, seja através da busca por ajuda, seja pela reorganização da comunidade.

É preciso mencionar que estas expansões desenfreadas de áreas rurais são destinadas ao mercado que prever o lucro em detrimento de modos de vida. Nota-se que os fazendeiros confrontantes com o território do Grotão são criadores de gados ou plantadores de eucalipto, uma vez que, o Estado brasileiro e o Tocantins investem cada vez mais na agro exportação, baseados na economia racionalista que mencionou Polanyi (2012) ainda na década de 1940.

Pois bem, assistimos e colhemos as consequências apontadas por Karl Polanyi em sua obra *A subsistência do Homem* (2012). A destruição da natureza, o consumo exacerbado, as relações baseadas nas regras de mercado, as crises econômicas, políticas e sanitárias têm



provocado discussões, não só no campo econômico, mas também nos campos sociológicos e historiográficos. Diante disso, as críticas e propostas de Polanyi ganham destaque nessas discussões, já que para ele estamos diante de uma falácia economicista, ao passo que, a esfera econômica estaria separada da sociedade e seria regida por uma instituição autoregulável, chamada mercado, ditando as regras das sociedades, ou seja, o mercado determina as relações sociais.

Segundo Polanyi (2012) o mercado sempre existiu nas sociedades e ele era visto como uma instituição de organização da subsistência do homem sendo orientada pelas relações sociais. A partir das transformações capitalista esse processo foi se alterando e hoje vemos o mercado como instituição dominante que rege as relações sociais. Para Polanyi, este processo desequilibró outras instituições (religiosa, familiar, política) e as colocou sob seu domínio, transformando o homem e a natureza em mercadorias.

Em sua crítica Polanyi aponta para dois significados do termo econômico, o *formal* e o *substantivo* sendo o formal voltado para o lado econômico, no sentido de se ter economia e aproveitamento na obtenção de mercadorias; o substantivo está ligado a subsistência do homem, sua satisfação através dos bens materiais. Os racionalistas econômicos descartaram o significado substantivo e levaram em consideração apenas o sentido formal. Polanyi tenta reconstruir o conceito de econômico levando em consideração o reconhecimento do significado substantivo.

Levar em consideração o significado substantivo consiste em perceber e admitir que falácias como a da escassez, onde tudo está fadado a acabar ou se esgotou, estão fora de questão, já que a lógica da necessidade dos homens no sentido substantivo é diferente: são necessidades naturais (a subsistência) que se considera no substantivo. O processo substantivo, segundo Polanyi tem dois níveis, “um é a interação entre o homem e o meio (natureza), outro é a institucionalização desse processo” (2012, p. 78). É, justamente essa relação institucionalizada que devemos nos atentar, já que, seguindo a trilha do autor essa institucionalização não se dá de forma individualizada e muito menos de forma superior às relações sociais.

Assim, a proposta dele gira em torno do reconhecimento do significado substantivo de econômico priorizando a interação do homem com a natureza influenciando e sendo influenciado pelas instituições de forma conjunta, tendo em vista a subsistência do homem, abandonando a falácia economicista do medo da fome (empobrecidos) ou em favor do lucro



(enriquecidos) e considerando a preservação ecológica (o meio), afim de equilibrar as relações ‘ecosociais’.

Esse equilíbrio, que estamos chamando de ecosocial, tende a necessitar de um reconhecimento quanto às práticas em que ele se propõe. Ao contrário da lógica de imposição universal que o capitalismo apresenta, o modo de vida tradicional da comunidade Grotão está pautado na harmonia entre os vizinhos, as matas, os animais, as águas e os comunitários, em outras palavras, a universalidade que eles se baseiam é local.

Essas alternativas de contestação são descritas por Dardot e Laval (2017) como “a fórmula de movimentos e correntes de pensamento que pretendem opor-se à tendência dominante de nossa época: a da ampliação da apropriação privada a todas as esferas da sociedade, da cultura e da vida” (2017, p.17). Ou seja, são práticas que abrem portas para um futuro não capitalista baseados nas práxis e experiências locais.

O comum, longe de ser a retomada do comunismo se torna o surgimento de outras práticas pautadas na co-participação e na cooperação dos indivíduos. Entretanto, diferente do que se possa pensar o comum não significa disponibilizar tudo a todos, isso seria superficializar o que se propõe esse princípio político. Assim como os costumes apresentados por Thompson ou o processo de fazer farinha no Grotão apresentado pelo Raimundo, o agir comum tem suas regras e limites delimitados (DARDOT; LAVAL. 2017). Portanto, pensar as práticas comuns é compreender que elas não são meras ações desconexas com a realidade dos sujeitos locais sem suas especificidades.

Dardot e Laval (2017) buscam conceituar o termo *comum* desde a etimologia da palavra, chegando a concluir que comum se relaciona com a participação, cooperação e a ação conjunta dos sujeitos. Além disso, diferenciar espaços comuns de espaços públicos são importantes, uma vez que, os espaços comuns estão baseados em um gerenciamento coletivo e o público tem como premissa a regência do Estado, sendo ele controlado por um grupo, que hoje está a serviço do capitalismo.

Para estes autores a propriedade privada exercer uma grande ameaça a vida e por isso fortificar o conceito de comum é essencial neste momento:

Hoje está exposto a outra crítica, que mostra que a propriedade não é apenas esse dispositivo bem montado para extrair gozo do trabalho coletivo do outro, mas uma ameaça geral às condições comum de toda e qualquer vida em comum. (DARDOT; LAVAL, 2017. p. 19).



Essa ameaça a vida se remete não só a vida humana, mas a diversidade de vida existente no planeta. A produção e o consumo exacerbado sem a preocupação da preservação têm causado crises profundas que o capitalismo não consegue resolver e, portanto, tem buscado explorar o método do capitalismo verde ou eco-capitalismo que tenta unir produção e preservação, entretanto essa preservação se dá através da financeirização da natureza no qual se mostrou ineficiente frente aos problemas enfrentados. Além disso, povos que habitam as florestas por séculos são retirados de seus territórios em nome de uma “preservação intocável”. Nesse sentido, o comum surge de práticas vividas por esses povos e busca combater as investidas do capitalismo à natureza, transformando-a em um mercado. Assim, movimentos sociais e comunidades tradicionais tem buscado cada vez mais a fortificação do comum.

Portanto, “[...] O comum é o princípio político a partir do qual devemos construir comuns e ao qual devemos nos reportar para preservá-los, ampliá-los e lhes dar vida” (DARDOT; LAVAL, 2017. p. 49). É nesse sentido que identificamos no quilombo Grotão práticas relacionadas ao comum, sabendo que o cotidiano da comunidade está imbricado na coletividade, conhecidos como mutirões, no cuidado com os animais, tendo o tempo correto de caçar, na preservação da natureza, como a preservação das matas e nascentes, chamadas por eles de cabeceiras.

Certos que o Grotão em sua construção enquanto comunidade utilizou-se de estratégias diversas, desde a manutenção de suas práticas até a preservação da biodiversidade. Para além disso, com as ameaças externas cada vez mais inflamadas a necessidade de se articular politicamente estava latente, uma vez que, a comunidade vivenciava um “isolamento” diante de outras comunidades quilombolas e/ou entidades políticas que poderiam vir a ser possíveis aliados. Nesse sentido, buscamos descrever de forma geral algumas articulações realizadas pela comunidade quilombola do Grotão, a fim de tentarmos organizar e aprofundar nossas hipóteses sobre o agir comum do Grotão e como estas articulações impactaram e foram impactadas pelas práticas tradicionais do grupo.

O Quilombo Grotão e as articulações institucionais

Mesmo sabendo a origem da migração de seus ancestrais ao antigo norte goiano, os sujeitos fixados na comunidade Grotão não se enxergavam como quilombolas, como bem



afirmou Maria Aparecida “eu lá sabia o que era quilombola”⁹. Ao contrário do que pensamos, comunidades quilombolas não surgem definidas, elas se constroem através de suas tradições, relações próprias, e ancestralidades. Segundo o artigo 2º do decreto 4.887/2003 quilombos seriam:

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, 2003).

Esta definição amplia o conceito de quilombo imposto em outros momentos no contexto brasileiro, reservando aos quilombolas o direito à sua história, cultura e identidade. O Grotão se encaixa nestes aspectos socioculturais, entretanto, o que fez os moradores desta comunidade não se reconhecerem como quilombolas? Podemos apontar alguns fatores. O “isolamento”, a falta de acesso às políticas voltadas aos quilombos, o desconhecimento de sua própria história ou a busca pelo recomeço.

Embora pareça que a comunidade causou seu próprio “isolamento” e, portanto, seu desconhecimento identitário, lembremos, antes, do racismo estrutural que nega as comunidades quilombolas o próprio reconhecimento e as fazem desaparecer, pois “[...] o racismo é uma experiência que retira o sujeito de si mesmo, anulando-o em vida [...]” (RATTS, 2007, p. 48), reproduzindo o profundo distanciamento entre “civilização” e “selvageria”, que reforça o desaparecimento dos “não-civilizados” sendo tratados como inexistentes (SANTOS, 2007). De modo que, a comunidade só é enxergada por meio da violência perpetrada a ela, vista, inclusive a partir de 2008, pela Comissão Pastoral da Terra Araguaia Tocantins – CPT ao acompanhar o despejo das famílias quilombolas.

A CPT desenvolve o trabalho pastoral no Estado do Tocantins desde antes de sua criação. Em 1999 chega à cidade de Araguaína para acompanhar os processos de estruturação dos sindicatos locais e mediar conflitos agrários, ao passo que em 2008 já havia consolidado uma área de atuação – o centro norte tocantinense.

Através de denúncias feitas à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, pelos próprios moradores do Grotão com apoio do ex vereador Sebastião Abreu, do

⁹ Maria Aparecida Gomes Rodrigues. Entrevista realizada em 12/03/2021 e concedida a Felipe Eduardo Lopes Oliveira.



município de Filadélfia – TO, a CPT ficou sabendo do conflito, ao passo que, mediado pelo ex vereador, foi marcada uma visita à comunidade no ano de 2007. Um dos agentes que participaram da visita, Edmundo Rodrigues, ao lembrar do episódio ele relata que “as crianças correram apavoradas para o mato com medo de serem os pistoleiros”¹⁰. O acompanhamento de lá para cá se dá através de visitas, interlocução com órgãos públicos, valorização do modo de vida e ajuda na organização interna da associação das famílias. Em 2016 o Grotão enfrentou um dos piores momentos de crise hídrica causando prejuízos e vulnerabilizando as famílias. Junto com os quilombolas, a CPT elaborou um projeto, enviado à Coordenadoria Ecumênica de Serviço – CESE, de acesso a água prevendo sua distribuição, vinda do único poço semi artesiano na comunidade, para 19 famílias, entretanto, a falta de água não era o único problema enfrentado por eles. A vulnerabilidade social e econômica tornou-se um flagelo que obrigava a migração de jovens e adultos, principalmente, homens em busca de emprego. Raimundo Cantuário revela que os principais trabalhos encontrados era de “juquireiro”¹¹ em fazendas, aumentando o risco de superexploração e trabalho escravo aos quilombolas.

A partir de um Diagnóstico Rural Participativo realizado na comunidade pela CPT foi possível identificar e organizar iniciativas de geração de renda, levando em consideração as potencialidades da comunidade. Uma delas é a produção da farinha de mandioca ou de puba, como é conhecida na região. Portanto, pensando em potencializar a produção quilombola e evitar as migrações a Associação dos Remanescentes de Quilombo Grotão e Comissão Pastoral da Terra inicia um diálogo com o Ministério Público do Trabalho, o resultado foi o surgimento em 2019 do projeto UBUNTU que:

Inicialmente, um representante da CPT em contato com a Dra. Cecília Amália (Procuradora do MPT), foram no território da comunidade quilombola Grotão e levantaram as demandas por práticas produtivas, segurança alimentar e trabalho digno que poderiam ser aplicadas. Após diversos diálogos, o projeto foi definido contendo um sistema de irrigação, perfuração de poço artesiano e instalação de uma caixa de água de 10.000 (dez mil) litros, além das cadeias produtivas de horticultura, avicultura de corte/postura, piscicultura, feijão e mandioca. (AGUIAR et al, 2019, p. 494).

¹⁰ Edmundo Rodrigues Costa da Comissão Pastoral da Terra. Entrevista realizada em 27/03/2021 e concedida a Felipe Eduardo Lopes Oliveira.

¹¹ Termo utilizado pelas comunidades para denominar os trabalhadores e trabalhadoras rurais que fazem a preparação (corte da vegetação) de uma porção de terra destinada a plantios e/ou criação de animais.



Três anos após a inauguração do projeto Ubuntu as cadeias produtivas iniciais se mantêm com algumas adaptações, sobretudo para mitigar alguns impactos surgidos na comunidade. Vale a pena mencionar que outras instituições foram necessárias para que o projeto tivesse continuidade, Aguiar declara desafiador a implementação do projeto na comunidade, embora reconheça a importância da articulação institucional.

[...] a experiência de articulação institucional entre MPT, CPT, OIT, SENAR e NEUZA-UFT [...] tem permitido articular trabalho decente, produção sem agrotóxicos, fortalecimento da relação com os produtos da sociobiodiversidade do território, bem como a comercialização de alimentos saudáveis nas cidades próximas ao quilombo. Os desafios enfrentados têm sido superados pela articulação institucional e pela capacidade de organização e resiliência da comunidade. (AGUIAR et al, 2019, p. 502).

Além destes atores já citados, outras instituições também tentaram implementar projetos de ajuda à comunidade. É o caso do Movimento dos Atingidos por Barragem e Cáritas diocesana de Tocantinópolis. O primeiro, com o projeto PAIS – Produção Agroecológica Integrada e Sustentável prevendo a produção de alimentos saudáveis sem insumos químicos e o segundo com a instalação de cisternas (reservatórios de água cilíndrico) para captação de águas da chuva, através do projeto Caminho das Águas.

Mesmo tendo participações de diferentes instituições os projetos implementados visam o mesmo propósito: a melhoria de vida da comunidade. Cientes das condições econômicas e sociais impostas a eles [quilombolas] as propostas buscavam fortalecer a resistência das famílias. Essa resistência está diretamente ligada ao fortalecimento do modo de produção, o trabalho coletivo, as manifestações culturais e a preservação da biodiversidade. Nesse sentido, estes projetos corroboram com a ideia da Tecnologia Social (TS) estar “mais imbricada à realidade das sociedades locais, de modo que pudesse gerar respostas mais adequadas aos problemas colocados em um determinado contexto” (NOVAES; DIAS, 2009, p. 19).

Como observado por Aguiar et al (2020), a utilização da TS pelo o quilombo Grotão se dá no auxílio de suas demandas, sobretudo, na produção de alimentos saudáveis. Portanto, as articulações entre diferentes sujeitos foram essenciais para o reforço à manutenção do território quilombola.

Breve reflexão sobre os projetos sociais no Quilombo Grotão



Enquanto pesquisadores, é importante desmembrarmos o que está por trás das relações entre os sujeitos, sabendo que estas relações não são neutras e constituem interesses diversos que conflitam e socializam em um mesmo território (HAESBAERT, 2005). A partir disto, surgem inquietações sobre como acontece as mobilizações dessas relações: Pela imposição de um lado ou existe equivalência nas relações entre esses sujeitos? Algumas experiências entre universidade, pastoral da terra e comunidade evidenciam a tentativa do trabalho coletivo buscando a desierarquização dos sujeitos, descritos assim por Ramos et al.

[...] diante das características e singularidades da comunidade em questão, o NEUZA se atenta as dinâmicas e complexidades envolvidas no território e no cotidiano da comunidade, bem como suas práticas agroecológicas. Assim, a atividade desenvolvida levou em consideração a importância da participação dos membros da comunidade, enquanto detentores de saberes tradicionais, compartilhados e experienciados pelo Núcleo (RAMOS et al, 2019, p. 3).

Diferente da invasão cultural baseada na teoria antidialógica pautada por Paulo Freire (1983), esta atividade buscou legitimar os diferentes saberes, consistindo em admitir que epistemologias não acadêmicas foram enviesadas pela academia e determinados grupos dominantes (RAMOS et al., 2019). Essa interação não cartesiana entre os sujeitos, pode ser identificada como ecologia dos saberes proposto por Boaventura de Sousa Santos (2007), possibilitando a partilha de experiências e conhecimentos por igual sobre tal perspectiva.

Ao passo que estas articulações e mobilizações de saberes vão acontecendo os diversos interesses vão aflorando, embora, seja consenso a conquista e manutenção do território quilombola. Entretanto, as relações que compõem a esfera interna e externa dos sujeitos com a comunidade são bastante complexas, tornando-se um desafio diário. Até então, exibimos a superfície das articulações ocorridas até aqui, ainda temos um longo caminho a desvendar. Isto posto, vale mencionar que nem sempre as experiências são bem-sucedidas, ainda mais entre pessoas que estão se conhecendo e reconhecendo em um mesmo solo.

Nesse sentido, necessitamos entender os fatores que levaram esses grupos a se reorganizarem estrategicamente para momentos emblemáticos que podem modificar as formas de viver e seus territórios. Fazendo memória à discussão sobre o campesinato e sua ressignificação, Carlos Walter destaca a importância das comunidades e movimentos sociais protagonizarem suas lutas pela demarcação de seus territórios (2005).



É a partir deste protagonismo que o Grotão estabelece relações com parceiros externos (CPT, MPT, MAB e NEUZA) buscando a experimentação de estratégias de resistência. Sabendo que a região norte tocantinense é utilizada para os interesses empresarial da terra, com valorização da agroindústria e o crescimento do monocultivos, é possível identificar estes projetos capitalistas se aproximando com ferocidade do quilombo. Imersos em conflitos por terra antes mesmo da aproximação do monocultivos, o Quilombo Grotão vem tentando estabelecer sua fixação na terra, através das práticas produtivas. Em outras palavras, o fazer roçado e o cuidado com o território tem sido seus maiores instrumentos de resistência.

Nesse sentido, atentamos nossos olhares às respostas que a própria biodiversidade apresenta. No território do Grotão podemos encontrar diversas frutas, plantas medicinais e animais nativos que são considerados importantes para o equilíbrio daquele espaço. São a partir de conhecimentos passados que os quilombolas definem o que pode ser retirado, como podem ser usados e o período certo para isso. Ao observarmos percebemos que suas decisões, seguidas coletivamente e baseadas em orientações dos mais velhos, visam manter o equilíbrio do Cerrado. Assim, conseguimos, em vários momentos, captar o termo “terra boa” para identificar o território quilombola do Grotão.

É partindo destas observações que elencamos o próprio bioma como um sistema produtivo importante para a sobrevivência das comunidades. O Grotão entende a importância disso e busca harmonizar suas práticas a conservação ambiental. Por isso, a tradicionalidade quilombola em sua prática é essencial para a comunidade e vice-versa.

O UBUNTU se tornou a TS de maior significância para eles, uma vez que, pela grandiosidade do projeto, consistindo na produção de alimento com base na soberania alimentar das famílias e a geração de renda para a comunidade com 5 cadeias produtivas (mandioca, hortas, peixes, frangos e feijão), ele consegue alimentar o quilombo e vender no comércio local o excedente de suas produções.

Nossas preocupações estão centradas, justamente na “grandiosidade” do Ubuntu, contendo em seu objetivo a promoção da:

[...] disseminação e utilização de novas tecnologias nos pequenos negócios rurais das cadeias produtivas de horticultura, avicultura de corte/postura, piscicultura e mandioca, com foco na gestão do negócio, inovação dos processos, serviços tecnológicos e oportunidades de negócio, visando gerar renda para as famílias envolvidas no projeto. (SENAR, 2018, p.4).



Como afirmado por Aguiar et al, a tecnologia não é neutra, por isso seus interesses são explicitados ou implícitos mediante a prática. Analisando a finalidade concreta do objetivo observamos que alguns termos utilizados demonstra a direção que o projeto deve caminhar. A geração de renda, a oportunidade de negócio dentro dos pequenos negócios emaranha-se na rede de significados da economia de mercado, termo usado por Polanyi, ao afirmar que a sociedade inteira vive em função desse mecanismo, tornando-se uma sociedade de mercado (POLANYI, 2012).

Então, podemos supor que, mesmo com dinâmicas próprias de produção o quilombo Grotão passou, com o UBUNTU, a experimentar novos processos econômicos, ressignificando o termo trabalho, associando-o a lógica de mercado, embora, as instituições enxergassem o termo de modo diferente ligando à promoção de vida digna, na prática as alterações de tempo de trabalho e volume de produção são reflexos dessa ressignificação. Assim, Aguiar et al, afirma que o projeto Ubuntu “é uma proposta de promoção do trabalho decente que tem se dado na comunidade quilombola Grotão” (AGUIAR et al, 2019, p. 493) visando a “a produção de alimentos sem uso de insumos químicos, propiciando oportunidade de trabalho decente no Quilombo do Grotão” (Ibid., p. 494).

Mesmo com o princípio da produção de alimentos sem insumos químicos, o projeto UBUNTU esteve em seu nascedouro imbricado com a ideia de trabalho, afinal, o problema central era a geração de renda e necessidades básicas de sobrevivência. Entretanto, a necessidade serviu também de impulsor para a manutenção do mercado, assim como os trabalhadores, no qual Polanyi se debruçou ao analisar a falácia econômica a partir das consequências da Revolução Industrial, pois para ele “o medo da fome no trabalhador e a atração do lucro no empregador mantinham o vasto mecanismo em funcionamento” (POLANYI, 2012, p. 54).

Obviamente, nos encontramos impossibilitados de pesquisa e análises mais profundas por conta do contexto atual em que nos inserimos, hoje não fazemos visitas periódicas na comunidade, esta prática seria essencial para desvendarmos este emaranhado de relações que se apresenta velado para nós. Assim, a contribuição do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Saberes e Práticas Agroecológicas da Universidade Federal do Norte do Tocantins – NEUZA/UFNT na mitigação dos impactos que surgiram dentro comunidade pode nos dá elementos importantes. Vale ressaltar que, a participação do NEUZA/UFNT no UBUNTU se



deu, entre outras, de reforçar a aplicação da convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT (OIT, 1989), visando o diálogo intercultural e interdisciplinar entre os povos, para tanto, Santos et al., ao descrever o processo de construção do UBUNTU sinaliza a participação da comunidade desde sua definição, tendo a “percepção que desde o início do planejamento da ação foi assegurado à comunidade o direito de participação em todas as decisões relativas à implantação do Projeto” (SANTOS, et al., 2019, p.350).

A reflexão que se impõe a nós, diante dos processos de luta pela terra, bem como a atenção de instituições para a promoção de Tecnologias Sociais as comunidades rurais, visando a permanência das famílias em seus territórios de forma digna, é sobre a capacidade que temos de acompanharmos estas comunidades considerando a horizontalidade entre os saberes envolvidos. Diante disso, evocamos novamente a capacidade insurgente das comunidades em fazer-se ouvir sobre suas sociologias, melhor dizendo, ressignificarmos mecanismos de vivência em uma ecologia de saberes (SANTOS, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mutirão envolve todo mundo da comunidade, mulher, homem, menos as crianças. O meu sogro tinha uma mania de ensinar, mas era no período, quando o sol está frio: “oh, meu filho, venha cá pra você aprender. Às vezes a gente morre, você fica pequeno e não sabe sobreviver” (RODRIGUES, 2021. p. 30).

Ao narrar como é a vida no Grotão, Maria Aparecida cita diversos aspectos interessantes de análise, um deles gira em torno do mutirão, trabalho coletivo desenvolvido por homens e mulheres, por vezes crianças. Essa coletividade tem diversos fins que vão desde a produção do alimento até a forma de sobreviver, além disso, o mutirão se estreita com os apontamentos do agir comum explicitado anteriormente neste texto.

Sabendo que a divisão do trabalho, principalmente, nas fábricas foi um dos fatores que causou o aumento da individualidade e competição, bem como, a alienação dos trabalhadores, identificamos nos mutirões estratégias tradicionais de organização que funcionam até hoje. Também é possível entender que os mutirões são parte de um grupo de práticas coletivas realizadas pelo quilombo que garantem a sobrevivência dos mesmos sem a dependência dos produtos industrializados. A alimentação é uma parte que se alia a produção de remédios caseiros, de conhecimentos locais que ajudam a definir quando e onde plantar, extrair ou caçar. A convivência com a diversidade não é um problema e sim uma alternativa real de



sobrevivência, diante disso, quanto mais consciência dessa diversidade e da importância da preservação, mais formas de resistência são construídas pelo Grotão.

Diante das contribuições de Polanyi (2012) e Dardot e Laval (2017) podemos dizer que alguns aspectos preliminares das práticas do quilombo Grotão vão ao encontro da construção simbólica de uma vida baseada na sobrevivência, coletividade e resistência em contraponto ao modelo capitalista predatório, bem como a transformação do homem em mercadoria.

Nesse sentido, não seria leviano dizer que o Grotão é parte viva das ocupações territoriais lideradas pelos escravizados de outrora, sendo assim, os descendentes da herança ancestral que vai muito além do que a literatura escolheu evidenciar. A herança posta aqui, é o processo de construção de relações exercidas nos quilombos interno e externamente, denominado por Beatriz Nascimento como paz quilombola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Vinicius Gomes de et al. **Tecnologias Sociais no Território Comum: Articulação Institucional e Inclusão Social no Quilombo Grotão**. Revista da ABPN. v. 12, n. Ed. Especial – Caderno Temático: “Geografias Negras” abril de 2020, p. 336-360.

_____. **PROJETO UBUNTU NO QUILOMBO DO GROTAÃO**: articulação institucional para a promoção do trabalho decente e produção de alimentos livres de agrotóxico. In: Edelamare Melo (Org.), Negro/a, quilombola, religioso/a de matriz africana: racismo, preconceito, intolerância e discriminação nas relações de trabalho, produção e consumo (p. 493). Belo Horizonte: RTM. 2019.

ALMEIDA, Roberto Alves. **Relatório antropológico de reconhecimento e delimitação do território da comunidade quilombola do Grotão**. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas – DFQ. Brasília, 2011.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 2004.

ALTIERI, Miguel A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista nera**, n. 16, p. 22-32, 2010.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003** – Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. DF: Brasília. D.O.U. 20 de novembro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm



DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2017.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

HAESBAERT, Rogério. **Da Desterritorialização à Multiterritorialidade**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo, 2005. p. 6774-6792.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos**. RATTTS, Alex. (Org.) — 1a ed. — Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NOVAES, Henrique T.; DIAS, Rafael. Contribuições ao Marco Analítico-Conceitual da Tecnologia Social. In: DAGNINO, Renato (Org.). **Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade**. Campinas: Unicamp, 2009.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Convenio número 169 sobre pueblos indígenas y tribales**. 1989.

POLANYI, Karl. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, p. 215, 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A nova questão agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST**. Revista Geografias. Belo Horizonte V. 01. 7-25 julho-dezembro de 2005.

RAMOS, Dernival V. et al. **Agroecology community and ecology of knowledge: a training experience based on the partnership between quilombo, pastoral land commission and university**. Participative: Open Science in Journal. Volume 1, Artigo 5, 2019.

RATTTS, Alex. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. Instituto Kuanza, 2007.

RODRIGUES, Maria Aparecida Gomes. “Assim, a cada vez, eu me alegro em passar a história do Quilombo Grotão”. In: **Escuta, diálogo e experiências em agroecologia com o Quilombo Grotão**. RAMOS. Dernival V et al. (org.). Goiânia: Andarilha, 2021. p. 13-33. (no prelo)

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. Novos Estudos, CEBRAP, nº 79, novembro 2007. pp. 71-94.

SANTOS, Cecília Amália Cunha; HAMMES, Bruno dos Santos; COSTA, Kênia Gonçalves. **PROJETO UBUNTU NO QUILOMBO GROTÃO: antecedentes, fundamento filosófico e marco legal no lastro da reparação de danos morais coletivos**. Capoeira-Humanidades e Letras, v. 5, n. 2, p. 343-357, 2020.

SENAR. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – administração regional do Tocantins. **Projeto de desenvolvimento do quilombo Grotão**. Palmas, 2019.



Artigo recebido em: dezembro/2021

Artigo aceito em: janeiro/2022